

**AVM Faculdade Integrada
Pós Graduação em Gestão Pública
Camila Michette Albuquerque Marques**

**Os Princípios do Direito Ambiental e os Contratos Administrativos no Ordenamento
Jurídico Brasileiro.**

**Brasília - Brasil
2014**

**AVM Faculdade Integrada
Pós Graduação em Gestão Pública
Camila Michette Albuquerque Marques**

**Os Princípios do Direito Ambiental e os Contratos Administrativos no Ordenamento
Jurídico Brasileiro.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
AVM Faculdade Integrada como parte integrante
da Pós-Graduação em Gestão Pública.

Prof.^a Fernanda Marsaro dos Santos

**Brasília - Brasil
2014**

SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
2. Referencial Teórico.....	6
2.1 Capítulo 1 - Princípios Ambientais.....	6
2.2 Capítulo 2 - Espécies de Contratos Administrativos.....	20
2.3 Capítulo 3 - Aplicação dos Princípios Ambientais aos Contratos Administrativos.....	35
3. Considerações finais.....	38
4. Referências bibliográficas.....	39

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se a existência de um cenário global de fato preocupado com os recursos naturais. Diversas empresas privadas buscam soluções ambientalmente corretas e aplicam a sustentabilidade em sua rotina, ainda que essa gere maior custo a um curto prazo.

Nesse contexto, questiona-se se a Administração Pública também tem tomado as devidas precauções para uma esfera mais ambientalista. Filtrando mais, torna-se necessário compreender se os princípios do Direito Ambiental ganham maior preponderância aos princípios tipicamente administrativos nos contratos firmados pela Administração Pública.

Sendo assim, surge-se o dilema, por exemplo, entre a aplicação dos princípios da Precaução e Prevenção e o menor custo de um contrato específico. Torna-se evidente a necessidade de compreender qual dessas faces deve preponderar.

Nesse contexto, forma-se o seguinte problema: Atualmente, existe uma preocupação em se aplicar os princípios ambientais aos contratos administrativos? Como justificativa para o presente estudo tem-se que, em esfera pessoal, o tema despertou interesse devido à atualidade da questão sustentável e as preocupações de fato existentes nessa abrangência. Também pelo fato de contratos administrativos serem muito recorrentes em escândalos midiáticos. Unindo os dois fatores, tem o surgimento de uma questão relevante tanto numa face judiciária quanto administrativa pública.

Já em sede social, a temática é de grande relevância devido a preocupação global em desenvolver a sustentabilidade e a promover em todas as esferas. Sendo assim, tem-se a necessidade de implementá-la também no âmbito da Administração Pública, ainda mais pela grandiosidade do impacto causado pelos contratos por ela firmados na sociedade.

Com base no já discorrido, tem-se o objetivo geral de analisar a possível aplicação de princípios provenientes do Direito Ambiental aos contratos realizados pela Administração Pública. Já no que tange os objetivos específicos, tem-se: pesquisar e conceituar os princípios

ambientais existentes; observar quais as espécies de contratos administrativos; averiguar o atual cenário ambiental que contextualiza as novas relações comerciais; analisar se os princípios ambientais são aplicados na esfera pública.

Quanto ao método de pesquisa, o adotado para o presente estudo, na questão da abordagem, é o método dedutivo, pois se trata da análise de um caso específico, os contratos administrativos, em face de normas gerais, os princípios. Portanto, torna-se possível averiguar a aplicação ora objeto de análise. Também foi utilizado o método hipotético-dedutivo, pois se busca conceitos já preexistentes e a solução é apontada a partir das deduções feitas com base neles. Em sede de procedimentos metodológicos, tem-se o jurídico descritivo, pois é feita a abordagem de um problema jurídico, a aplicação ou não, destacando seus conceitos. Por ultimo, quanto à técnica de pesquisa, configura-se o uso da documental, mais precisamente a indireta, bibliográfica.

O referencial teórico trouxe grande embasamento bibliográfico, contendo conceitos e análises de vários doutrinadores. Foi possível analisar e conceituar quais são os princípios ambientais, bem como os contratos administrativos para assim realizar a ligação existente entre eles.

No primeiro capítulo, foi feito um estudo sobre os princípios ambientais. Foram analisados e conceituados aqueles de grande relevância para o ordenamento jurídico. Isso através do discurso de vários doutrinadores, tornando possível uma rica abordagem.

No segundo capítulo, os contratos administrativos figuraram como objeto de pesquisa, buscando-se conceitos e definições de suas espécies. Sendo assim, foi possível observar a importância desses para a Administração Pública.

No terceiro capítulo, correlacionaram-se as esferas ambiental e administrativa. Sendo assim, foi observada a atual aplicação dos princípios ambientais nos contratos administrativos, sendo essa de vital importância para o atual cenário da modernidade.

Por fim, concluiu-se a pesquisa, nas considerações finais foram respondidas às questões propostas. Nesse momento, os objetivos propostos foram atendidos, bem como se chegou à necessária resposta do problema inicial apresentado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO 1 - Princípios Ambientais

Os princípios constituem a base para o desenvolvimento de pensamentos jurídicos e, portanto, são de vital importância para o ordenamento legal. Ainda que de tradição romano-germânica, que privilegia a escrita, não apenas o direito positivado possui relevância. Em ramos de elevada metástase legislativa, como o Direito Ambiental, os princípios constituem ainda mais importância, pois o respeito a eles mantém um eixo coeso e lógico.

Eles podem ser implícitos ou explícitos, sendo esses aqueles que possuem previsão legal expressa e aqueles os que advêm do sistema constitucional. Sendo assim, tem-se um rol extenso e não exaustivo de princípios aplicáveis ao Direito Ambiental.

Paulo de Bessa Antunes realiza um vasto estudo desses princípios, sendo eles: da dignidade da pessoa humana, do desenvolvimento, democrático, da precaução, da prevenção, do equilíbrio, da capacidade de suporte, da responsabilidade e do poluidor pagador.

O mencionado autor entende que a dignidade da pessoa humana configura o centro da ordem jurídica democrática, por consequência, também do Direito Ambiental. Sendo assim, o autor posiciona-se da seguinte forma a respeito do **princípio da dignidade da pessoa humana**:

“O Ser Humano, conforme estabelecido em nossa Constituição e na Declaração do Rio – embora essa não tenha força obrigatória –, é o centro das preocupações do Direito Ambiental que existe em função do Ser Humano e para que ele possa viver melhor na Terra. Este princípio precisa ser reafirmado com veemência, pois é cada vez mais frequente a tentativa de estabelecimento de uma igualdade linear entre diferentes formas de vida existentes sobre o planeta

Terra, gerando situações extremamente cruéis em desfavor das pessoas pobres e desprotegidas da sociedade.” (ANTUNES, 2010, p.22).

Nesse contexto, tem-se a jurisprudência sobre esse princípio:

PROCESSO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. RESTABELECIMENTO DE MORADIA EM LOCAL DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA. DANO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO AUTO-SUSTENTÁVEL. HARMONIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO COM O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. MANUTENÇÃO DA MORADIA A TÍTULO PRECÁRIO ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO PRINCIPAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. 1. Trata-se de agravo de instrumento com pedido de restabelecimento do direito de moradia plena da agravante, assegurando-lhe a permanência no imóvel localizado em zona de preservação ambiental, com a prática de todos os atos inerentes à manutenção de uma casa, bem como o desenvolvimento de sua atividade agrícola de subsistência. 2. In casu, a proibição estabelecida pela fiscalização ambiental, de continuar a agravante com a sua agricultura de subsistência e para fins de comércio local (pequeno comércio), consubstancia-se numa postura desprovida de razoabilidade, vez que ocasiona a dependência integral da agravante ao continente. Por outro lado, não se pode negar que a construção em comento é irregular, pois foi realizada em área ambientalmente sensível e destinada prioritariamente à conservação. 3. Com base na doutrina existente sobre a matéria, bem como no bom senso que deve nortear o julgador, é possível haver uma interação entre homem e meio ambiente sem excessos ou degradação, pautada na razoabilidade, de modo a permitir um desenvolvimento humano autossustentável, com a harmonização do princípio da precaução com o princípio da dignidade da pessoa humana. 4. Agravo que se dá provimento, de modo a assegurar à agravante o direito de permanecer no imóvel, a título precário, com a prática de todos os atos inerentes à manutenção de uma casa, bem como o desenvolvimento de sua atividade agrícola de subsistência, até o trânsito em julgado da ação principal.

(TRF-5 - AGTR: 98069 PE 0050414-11.2009.4.05.0000, Relator: Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto (Substituto), Data de Julgamento: 02/02/2010, Segunda Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça Eletrônico - Data: 10/02/2010 - Página: 104 - Ano: 2010).

Então, tem-se muito perceptível a importância desse princípio para todo o ordenamento jurídico, todos os ramos do direito brasileiro. Sendo assim, por ser essencial a toda a sociedade, deve ser respeitado e aplicado, resguardado da devida forma e com os devidos cuidados que merece.

Esse doutrinador também versa acerca do **princípio do desenvolvimento**, posto que “as principais declarações internacionais sobre meio ambiente sempre levam em consideração a necessidade de desenvolvimento econômico, que deverá ser realizado de forma sustentável” (ANTUNES, 2010, p. 22). Nesse contexto, Aurélio Virgílio Rios e Carlos Teodoro Hugueney Irigaray trazem:

“O desenvolvimento sustentável traduz um conjunto de valores ancorados em condutas relacionadas à produção, para que o resultado seja a compatibilização da apropriação dos recursos naturais com sua manutenção e construção de um bem-estar (nos dizeres da Constituição brasileira, ‘da sadia qualidade de vida’).” (RIOS, IRIGARAY, 2005, p. 89)

A importância desse princípio pode ser averiguada pela seguinte jurisprudência:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. CRIME AMBIENTAL. PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA PREVENÇÃO. POLUIÇÃO MEDIANTE LANÇAMENTO DE DEJETOS PROVENIENTES DE SUINOCULTURA DIRETAMENTE NO SOLO EM DESCONFORMIDADE COM LEIS AMBIENTAIS. ART. 54, § 2º, V, DA LEI N. 9.605/1998. CRIME FORMAL. POTENCIALIDADE LESIVA DE CAUSAR DANOS À SAÚDE HUMANA EVIDENCIADA. CRIME CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I. Os princípios do desenvolvimento sustentável e da prevenção, previstos no art. 225, da Constituição da República, devem orientar a interpretação das leis, tanto no direito ambiental, no que tange à matéria administrativa, quanto no direito penal, porquanto o meio ambiente é um patrimônio para essa geração e para as futuras, bem como direito fundamental, ensejando a adoção de condutas cautelosas, que evitem ao máximo possível o risco de dano, ainda que potencial, ao meio ambiente. II. A Lei n. 9.605/1998, ao dispor sobre

as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dar outras providências, constitui um divisor de águas em matéria de repressão a ilícitos ambientais. Isto porque ela trouxe um outro viés, um outro padrão de punibilidade em matéria de crimes ambientais, trazendo a figura do crime de perigo. III. O delito previsto na primeira parte do art. 54, da Lei n. 9.605/1998, possui natureza formal, porquanto o risco, a potencialidade de dano à saúde humana, é suficiente para configurar a conduta delitiva, não se exigindo, portanto, resultado naturalístico. Precedente. IV. A Lei de Crimes Ambientais deve ser interpretada à luz dos princípios do desenvolvimento sustentável e da prevenção, indicando o acerto da análise que a doutrina e a jurisprudência têm conferido à parte inicial do artigo 54, da Lei n. 9.605/1998, de que a mera possibilidade de causar dano à saúde humana é idônea a configurar o crime de poluição, evidenciada sua natureza formal ou, ainda, de perigo abstrato. V. Configurado o crime de poluição, consistente no lançamento de dejetos provenientes da criação de cerca de dois mil suínos em sistema de confinamento em 3 (três) pocilgas verticais, despejados a céu aberto, correndo por uma vala que os levava até às margens do Rio do Peixe, situado em área de preservação permanente, sendo a atividade notoriamente de alto potencial poluidor, desenvolvida sem o devido licenciamento ambiental, evidenciando a potencialidade do risco à saúde humana. VI. Agravo regimental provido e recurso especial improvido, restabelecendo-se o acórdão recorrido.

(STJ - AgRg no REsp: 1418795 SC 2013/0383156-9, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 18/06/2014, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/08/2014)

Sendo assim, por mais que o desenvolvimento econômico seja de vital importância, também é necessário averiguar os impactos que esse trará para o meio ambiente. Assim, o planejamento para tal deve ser visando os menores danos possíveis, ou seja, buscando o desenvolvimento sustentável.

Necessário abordar também o **princípio democrático**, nas palavras de Antunes:

“O princípio democrático assegura aos cidadãos o direito de, na forma da lei, regulamento, participar das discussões para a elaboração das políticas públicas ambientais e de obter informações dos órgãos públicos sobre a matéria referente à defesa do meio ambiente e de

empreendimentos utilizadores de recursos ambientais e que tenham significativas repercussões sobre o meio ambiente, resguardando o sigilo industrial.” (ANTUNES, 2010, p. 26).

O sistema constitucional brasileiro assegura essa participação, podendo-se citar como maneiras que a viabilizam o dever jurídico de proteger e preservar o meio ambiente e o direito de opinar sobre as políticas públicas.

Nesse sentido, tem-se a seguinte jurisprudência:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL AJUIZAMENTO EM FACE DE ALEGAÇÃO DE DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE POR PARTE DA MUNICIPALIDADE, ALÉM DA REMOÇÃO DE MORADORES DA ÁREA TUTELA ANTECIPADA PARCIALMENTE DEFERIDA PRETENSÃO DE INCLUSÃO DO AUXÍLIO-MORADIA OU FORNECIMENTO DE ABRIGO PERTINÊNCIA SOPESAMENTO DE PRINCÍPIOS E REGRAS CONSTITUCIONAIS PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (ART. 1º, III, DA CF) RECONHECIMENTO RECURSO PROVIDO. Conquanto tenha sido deferido o pedido de tutela antecipatória para a remoção de dois moradores de suas residências por estarem em situação de risco, na verdade eles foram alijados de seus lares sem que tenham sido dadas as condições para tanto, razão por que, sendo o direito à moradia um direito fundamental, cabe ao Estado protegê-lo e promovê-lo através de leis e políticas públicas, além de se relacionar com o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF). sendo de rigor, portanto, o provimento do presente recurso, com o fim de determinar que a Municipalidade pague aos dois munícipes R\$ 500,00 por mês ou, alternativamente, lhes forneça abrigo em local seguro e digno até que as obras sejam finalizadas a contento, sob pena de incidência à espécie da multa diária fixada.

(TJ-SP - AI: 00168412220138260000 SP 0016841-22.2013.8.26.0000, Relator: Paulo Ayrosa, Data de Julgamento: 29/08/2013, 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente, Data de Publicação: 04/09/2013)

Esse princípio demonstra todo o viés da constituição pós ditadura, posto que assegura a participação popular em grandes decisões ou também quando for de conveniência do povo. Sendo assim, é de notável imprescindibilidade valorizar sempre a democracia conquistada, respeitando-a e a exercendo.

A respeito do **princípio da precaução**, esse tem lugar quando as informações científicas são insuficientes, inconclusivas ou incertas, tornando-se necessário precaver. Segundo Rios e Irigaray, ele é “fruto da necessidade de lidar com as consequências dos danos ambientais causados pelos mais diversos fatores, como contaminação dos recursos naturais, poluição do ar e desmatamento” (RIOS, IRIGARAY, 2005, p. 96).

A aplicação desse princípio pode ser vista na seguinte jurisprudência:

DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CANA-DE-AÇÚCAR. QUEIMADAS. ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 4771/65. DANO AO MEIO AMBIENTE. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. QUEIMA DA PALHA DE CANA. EXISTÊNCIA DE REGRA EXPRESSA PROIBITIVA. EXCEÇÃO EXISTENTE SOMENTE PARA PRESERVAR PECULIARIDADES LOCAIS OU REGIONAIS RELACIONADAS À IDENTIDADE CULTURAL. INAPLICABILIDADE ÀS ATIVIDADES AGRÍCOLAS INDUSTRIAIS. 1. O princípio da precaução, consagrado formalmente pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 92 (ratificada pelo Brasil), a ausência de certezas científicas não pode ser argumento utilizado para postergar a adoção de medidas eficazes para a proteção ambiental. Na dúvida, prevalece a defesa do meio ambiente. 2. A situação de tensão entre princípios deve ser resolvida pela ponderação, fundamentada e racional, entre os valores conflitantes. Em face dos princípios democráticos e da Separação dos Poderes, é o Poder Legislativo quem possui a primazia no processo de ponderação, de modo que o Judiciário deve intervir apenas no caso de ausência ou desproporcionalidade da opção adotada pelo legislador. 3. O legislador brasileiro, atento a essa questão, disciplinou o uso do fogo no processo produtivo agrícola, quando prescreveu no art. 27, parágrafo único da Lei n. 4.771/65 que o Poder Público poderia autorizá-lo em práticas agropastoris ou florestais desde que em razão de peculiaridades locais ou regionais. 4. Buscou-se, com isso, compatibilizar dois valores protegidos na Constituição Federal de 1988, quais sejam, o meio ambiente e a cultura ou o modo de fazer, este quando necessário à sobrevivência dos pequenos produtores que retiram seu sustento da atividade agrícola e que não dispõem de outros métodos para o exercício desta, que não o uso do fogo. 5. A interpretação do art. 27, parágrafo único do Código Florestal não pode conduzir ao entendimento de que estão por ele abrangidas as atividades agroindustriais ou agrícolas organizadas, ou seja, exercidas empresarialmente, pois dispõe de condições financeiras para implantar outros métodos menos ofensivos ao meio ambiente. Precedente: (AgRg nos EDcl no REsp 1094873/SP, Rel.

Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 04/08/2009, DJe 17/08/2009). 6. Ademais, ainda que se entenda que é possível à administração pública autorizar a queima da palha da cana de açúcar em atividades agrícolas industriais, a permissão deve ser específica, precedida de estudo de impacto ambiental e licenciamento, com a implementação de medidas que viabilizem amenizar os danos e a recuperar o ambiente, Tudo isso em respeito ao art. 10 da Lei n. 6.938/81. Precedente: (EREsp 418.565/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 29/09/2010, DJe 13/10/2010). Recurso especial provido.

(STJ - REsp: 1285463 SP 2011/0190433-2, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 28/02/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/03/2012)

Então, esse princípio deve ser utilizado para antecipar o que fazer em caso de possíveis danos, na hipótese de não ser viável ter a certeza deles com antecedência.

Quanto ao **princípio da prevenção**, contido no caput do art. 225 da Constituição Federal de 1988, esse tem lugar quando o perigo é certo. Antunes afirma:

“O princípio da prevenção aplica-se a impactos ambientais já conhecidos e dos quais se possa, com segurança, estabelecer um conjunto de nexos de causalidade que seja suficiente para a identificação dos impactos futuros mais prováveis. Com base no princípio da prevenção, o licenciamento ambiental e, até mesmo, os estudos de impacto ambiental podem ser realizados e são solicitados pelas autoridades públicas.” (ANTUNES, 2010, p.45)

Ressalta-se que a tratada prevenção de danos não necessariamente implica em uma eliminação absoluta de danos. Sua aplicação pode ser observada pela seguinte jurisprudência:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EDIFICAÇÃO EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. DIREITO AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL GARANTIDO PELOS ARTIGOS 170 E 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO. 1. O direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado está previsto nos artigos 170 e 225 da Constituição de 1988. Questão que envolve a conservação do meio ambiente e de áreas de preservação permanente. 2. Relatório de Fiscalização do IBAMA relatando que o local da

construção objeto de autuação está localizado na área de preservação permanente, além de ser uma área de estudos antropológicos em vias de se tornar sítio arqueológico. 3. Edificação difere da média das edificações em que residem os moradores locais (ribeirinhos), devido ao padrão de construção (casa de alvenaria com 60 metros quadrados). 4. Deve-se levar em conta o princípio da precaução, basilar do direito ambiental, segundo o qual "a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental" (adotado no ideário da Conferência da Terra - ECO 92, ratificado pelo Congresso Nacional via Decreto Legislativo 1, de 3/2/1994). 5. Aplicação do princípio da prevenção no tocante à proibição de construção civil em área de preservação permanente sem autorização ambiental, o qual prevalece sobre o da reparação integral, que se aplica apenas quando for impossível prevenir o dano ambiental. 8. Não é razoável sacrificar o meio ambiente, principalmente em se tratando apenas de edificação de lazer e turismo. 9. Agravo de instrumento provido.

(TRF-3 - AI: 19791 MS 0019791-47.2011.4.03.0000, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRCIO MORAES, Data de Julgamento: 22/11/2012, TERCEIRA TURMA)

Então, esse princípio tem lugar quando os danos já são conhecidos, tornando necessário buscar uma solução para essas consequências. Conforme visto na jurisprudência, isso não implica em eliminação total do impacto, mas sim em um estudo que confirme esse ser o menor possível.

Tem-se, ainda, o **princípio do equilíbrio**. Esse traz a necessidade de se considerar, ao adotar determinada medida, as consequências previsíveis, analisando a utilidade dessa à comunidade e o não gravame excessivo ao meio ambiente como um todo. Conforme dito por Antunes, “é uma versão ambiental do conhecido exame de custo/benefício que, em última análise, informa toda e qualquer atividade humana realizada conscientemente.” (ANTUNES, 2010, p. 46).

A jurisprudência assegura a importância do ora tratado princípio:

ADMINISTRATIVO. DIREITO AMBIENTAL. ESPÉCIE FLORESTAIS EM EXTINÇÃO. REDE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. RISCO DE ACIDENTES. DANOS AO

MEIO AMBIENTE. SEGURANÇA DA COLETIVIDADE. PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO. REPLANTIO. RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA. PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA. DESNECESSIDADE. 1. Segundo o princípio do equilíbrio, deve ser realizado um balanço entre as diferentes repercussões do ato que se pretende realizar em face da natureza, devendo ser analisadas, em conjunto com os prováveis efeitos ecológicos, também as consequências econômicas e sociais, de modo que a legislação ambiental possa ser aplicada como resultado da aplicação de todas estas variantes. 2. Hipótese em que estão sendo sopesados dois interesses jurídicos distintos (preservação do meio ambiente x segurança e bem-estar da coletividade), e estando certo que as consequências de se permitir o contato das árvores com a rede de alta tensão poderão ser bem mais sérias do que a retirada das cinco espécies florestais no local, mormente quando tal retirada pode ser consideravelmente atenuada com o replantio de outras árvores em outra área da propriedade, é pertinente dar prioridade à segurança da população.

(TRF-4 - AC: 3926 SC 2004.72.02.003926-8, Relator: JORGE ANTONIO MAURIQUE, Data de Julgamento: 19/05/2010, QUARTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 14/06/2010)

Ou seja, precisa-se averiguar se o desenvolvimento trazido vale mais do que o impacto causado, sendo necessário sempre manter informações claras e disponíveis. Sendo assim, pode-se aplicar mais plenamente o direito ambiental ao caso real.

O princípio da capacidade de suporte, por sua vez, é assegurado pelo inciso V, do §1º, do art. 225 da Carta Magna. Em razão dele ocorre a delimitação de padrões de qualidade ambiental pela Administração Pública, que analisa a capacidade de suporte do ambiente. Ou seja, ela estabelece limites de emissões de partículas e de determinados produtos na água. A violação dessa fixação deve ser sancionada.

A jurisprudência a seguir exemplifica a utilização do dito princípio:

TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONALIDADE E DA LEGALIDADE DA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA. LEI Nº 10.165/2000. A questão gira em torno da constitucionalidade e da legalidade da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA - instituída pela Lei nº 10.165/2000, a qual deu nova redação à Lei nº 6.938/1981. A Carta Magna erigiu como princípio constitucional geral da atividade econômica, de acordo com o art. 170, VI – a defesa do meio ambiente, inclusive

mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação. Em decorrência, foi criado o IBAMA –, através da Lei nº 7.735/1989, que em seu art. 2º (com as alterações instituídas pelas Leis nº 7.804/1989 e nº 8.028/90, e pela MP nº 2.216-37/01) estatuiu, em seu Art. 2º, criou IBAMA, entidade autárquica de regime especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de executar as políticas nacionais de meio ambiente referentes às atribuições federais permanentes relativas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e sua fiscalização e controle, bem como apoiar o Ministério do Meio Ambiente na execução das ações supletivas da União, de conformidade com a legislação em vigor e as diretrizes daquele Ministério. E, dando continuidade à implantação da Política Nacional do Meio Ambiente, foi instituída a Taxa de Fiscalização Ambiental, pela Lei nº 9.960, de 28.01.2000, a qual alterou a Lei nº 6.938/1981, destinada ao financiamento da fiscalização atribuída ao IBAMA. Porém, os artigos 17-B, 17-C, 17-D, 17-F, 17-G, 17-H, 17-I e 17-J, da Lei nº 6.938/1981, introduzidos pelo art. 8º, da referida Lei nº 9.960/2000, tiveram sua eficácia suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. Visando corrigir os vícios de inconstitucionalidade apontados no referido julgamento, foi editada a Lei nº 10.165, de 27.12.2000, e instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA). Entre as atribuições institucionais do IBAMA está a atividade de fiscalização e controle, objetivando a proteção dos recursos naturais brasileiros, garantindo a sua exploração de maneira racional. Ainda, o IBAMA é o órgão executor do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente (art. 6º, da Lei nº 6.938/81, com as alterações instituídas pela Lei nº 8.028/1990). A Lei nº 10.165/2000, que também alterou a Lei nº 6.938/1981, estabeleceu o fato gerador da TCFA como o exercício regular do poder de polícia conferido ao Ibama para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais (art. 17-B); o sujeito passivo, como sendo todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo VIII desta Lei (art. 17 – C), com a enumeração de todas as atividades abrangidas por esta lei; e, a sua base de cálculo (art. 17 – D e seus parágrafos), levando em consideração o porte das empresas, o seu potencial de poluição e o grau de utilização dos recursos naturais. Deste modo, verifica-se que a cobrança da referida taxa tem suporte no exercício do poder de polícia que foi atribuído ao IBAMA, pela Lei nº 7.735/1989 (com as alterações instituídas pelas Leis nº 7.804/1989 e Lei nº 8.028/90, e pela MP nº 2.216-37/01). Conforme o disposto no artigo 145, inciso II, da Constituição Federal e no artigo 77, do Código Tributário Nacional, a Taxa é uma espécie de tributo que têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou

potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Não há a exigência de que este poder seja efetivo ou específico. O Poder de Polícia encontra-se bem definido no referido art. 78, do CTN, supra transcrito, estando evidenciado na atividade do IBAMA de executar as políticas nacionais de meio ambiente referentes às atribuições federais permanentes relativas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e sua fiscalização e controle, bem como apoiar o Ministério do Meio Ambiente na execução das ações supletivas da União, de conformidade com a legislação em vigor e as diretrizes daquele Ministério. Não restaram dúvidas acerca da natureza da exação. Este tributo, como o próprio nome diz, é uma taxa, que além de estar legitimada pelo poder de polícia delegado ao IBAMA, não tem base de cálculo própria de imposto. A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA visa ao ressarcimento do custo da fiscalização a ser realizada pelo IBAMA, não incidindo sobre a receita das empresas. O critério utilizado para classificar os contribuintes de acordo com o seu porte e a sua capacidade contributiva não implica que a sua receita bruta seja a base de cálculo da referida exação. Afastada a alegação de que a instituição da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, pela Lei nº 10.165/2000 tenha violado o art. 145, inciso II, e parágrafo 2º, da CF/88, tampouco, os artigos de nºs. 77, 78 e 79, do CTN. No que se refere à questão de que a Lei nº 10.165/2000, por ser lei ordinária, não poder alterar a Lei nº 6.938/1981, uma vez que esta última foi recepcionada pela Constituição Federal de 1998 como lei complementar. Quanto as questões da bitributação e do enriquecimento sem causa. Estas foram afastadas pela previsão de compensação, prevista no art. 17-P e 17- Q, da Lei nº 10.165/2000 que, também, autoriza a realização de convênios entre o IBAMA e os Estados e Municípios, possibilitando o repasse de parte da referida taxa. Tendo em vista a natureza de taxa da exação em discussão, restou afastada a alegação de ofensa ao § 3º do art. 153 da Constituição Federal. Tanto do ponto de vista material, como também, do formal, não há qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade na cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, instituída pela Lei nº 10.165/200. Negado provimento à apelação. Sentença mantida.

(TRF-2 - AMS: 63749 RJ 2003.50.01.002237-2, Relator: Desembargador Federal ALBERTO NOGUEIRA, Data de Julgamento: 26/02/2008, QUARTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data::10/09/2008 - Página::248)

Assim, tem-se que os limites do meio ambiente devem ser respeitados e isso é traduzido na implementação de taxas e cotas. Essas limitações devem ser observadas, sob pena de sanções.

Ainda, **o princípio da responsabilidade**, traz, conforme Antunes:

“Qualquer violação do Direito implica a sanção do responsável pela quebra da ordem jurídica. A Lei Fundamental Brasileira estabelece, no §3º do artigo 225, a responsabilidade por danos ao meio ambiente, embora não defina o caráter subjetivo ou objetivo dela. Esta questão restou delegada para a legislação ordinária que a definiu como objetiva.” (ANTUNES, 2010, p. 49).

A jurisprudência a seguir ainda explana o referido princípio:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESMATAMENTO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. VEGETAÇÃO DE RESTINGA. ART. 3º, IV, RESOLUÇÃO CONAMA 303/02. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. AÇÃO OU OMISSÃO DE IMPEDIR A DEGRADAÇÃO. RESPONSÁVEL DIRETO OU INDIRETO. SOLIDARIEDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, IV DA LEI 6.938/81. NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADO. DANO AMBIENTAL CORRESPONDENTE À SUPRESSÃO IRREGULAR DE VEGETAÇÃO. RECOMPOSIÇÃO DO MEIO AMBIENTE DEGRADADO. PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Inequívoca constatação de dano ambiental, através do Inquérito Civil nº 045/05, consistente na supressão irregular de vegetação nativa, em área de preservação permanente (APP), de interesse do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Área desmatada correspondente a 5.000m², de vegetação nativa de Mata Atlântica. A responsabilidade civil do dano ambiental assume grande amplitude em virtude da natureza difusa do interesse protegido, prescindindo da comprovação da culpa do agente causador do dano. Para o fim da apuração do nexo causal no dano ambiental, equiparam-se quem faz a quem deixa fazer, quando se tem o dever de guarda e conservação do bem. A alegação de culpa exclusiva de terceiro, além de não comprovada no caso, não elide a responsabilidade do proprietário da área desmatada, que será obrigado a reflorestar a área, podendo, no máximo, identificar o poluidor direto e intentar ação regressiva. Obrigação propter rem reconhecida pelo STJ. Sentença correta e bem fundamentada que deve

ser mantida em todos os seus termos. Conhecimento e desprovemento do recurso.

(TJ-RJ - APL: 00007924720078190084 RJ 0000792-47.2007.8.19.0084, Relator: DES. ROGERIO DE OLIVEIRA SOUZA, Data de Julgamento: 01/04/2014, VIGÉSIMA SEGUNDA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/04/2014 17:41)

Sendo assim, a objetividade dada à responsabilidade constitui uma grande vitória para a sociedade. A responsabilidade subjetiva demanda uma apuração muito difícil e, sendo a ambiental objetiva, não há a necessidade de provar a culpa do responsável.

Por último, tem-se o **princípio do poluidor pagador**, constante como princípio 16 na Declaração do Rio de Janeiro. Rios e Irigaray discorrem da seguinte maneira:

“visa a internalização dos custos de deterioração ambiental. Isso traria como consequência um maior cuidado em relação ao potencial poluidor da produção econômica na busca de uma satisfatória qualidade do meio ambiente. Pela aplicação desse princípio, impõe-se ao ‘sujeito econômico’ (produtor, consumidor, transportador ou todo aquele que possa causar um problema ambiental) arcar com os custos da diminuição, neutralização, compensação ou afastamento do dano.” (RIOS, IRIGARAY, 2005, p. 107).

Segue jurisprudência corroboradora da importância do tratado princípio:

REEXAME NECESSÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE COMPENSAÇÃO POR DANO AMBIENTAL - ART. 225 DA CF - DIREITO DIFUSO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO - PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR E DA REPARAÇÃO INTEGRAL - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO - DANO DE PEQUENA MONTA - INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA BAGATELA NA SEARA AMBIENTAL - RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA - CONDENAÇÃO A OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER - AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO - MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA - POSSIBILIDADE - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA - OBRIGAÇÃO EXTRA CONTRATUAL - DATA DO EFETIVO PREJUÍZO -

RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA. 1. O art. 225, caput, da CF, consagra o princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana. É que o direito a um meio ambiente sadio configura-se extensão própria do direito à vida - e de sua inerente dignidade -, de modo que devem ser estabelecidas medidas obstativas de abusos ambientais de qualquer natureza. 2. Como forma de defesa e preservação do meio ambiente, no § 3º do dispositivo constitucional em referência, o constituinte originário, sabedor dos riscos que a ingerência humana habitualmente oferece, previu, expressamente, a responsabilidade civil das pessoas que causarem dano ambiental. 3. A normatividade imanente do princípio do poluidor pagador determina que o ofensor do meio ambiente, independentemente de culpa, deva arcar com o custo da degradação ambiental por ele gerada (art. 4º, VII, c/c art. 14, § 1º da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente). Esse encargo, no entanto, não constitui simples mandamento de conversão do dano em pecúnia, mas imposição de recuperação total da área degradada, nos termos do princípio da reparação in integrum. 4. Tendo em vista que a incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses individuais, a responsabilidade civil, na seara ambiental, por que informada pelos princípios do poluidor pagador e da reparação in integrum, não pode ser elidida pela invocação do princípio da bagatela. 5. No âmbito da ação civil pública ambiental, fazendo-se necessária determinada medida à recuperação do meio ambiente, é lícito ao julgador impô-la ao réu, mesmo que não tenha sido instado a tanto de forma específica, mormente se constituir condição sine qua non do resultado almejado pela demanda. 6. O termo inicial dos consectários legais, na hipótese em que a obrigação de reparar for extracontratual, deve corresponder à data do efetivo prejuízo experimentado pela vítima do evento, nos termos do art. 368 do CC, c/c Súmulas nº 43 e 54 do STJ.

(TJ-MG - AC: 10514100036185001 MG , Relator: Bitencourt Marcondes, Data de Julgamento: 08/08/2013, Câmaras Cíveis / 8ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/08/2013)

Esse princípio de caráter econômico, pois obriga o poluidor a arcar com os custos do impacto ambiental, é de supra importância para o ordenamento jurídico brasileiro e visa combater a impunidade daqueles que praticam algum dano ao meio ambiente.

Sendo assim, conclui-se pela fundamental importância dos princípios, posto que dinamizam o Direito Ambiental. Constituem, muitas vezes, a solução encontrada para dilemas sem legislação aplicável e devem ser respeitados mesmo quando essa existir.

CAPÍTULO 2 - Espécies de Contratos Administrativos

Toda vez que a Administração Pública figurar em um dos pólos da relação contratual, tem-se a configuração de um contrato da Administração. Esses compromissos firmados entre o Estado e terceiros se dividem em contratos privados da Administração e contratos administrativos. José dos Santos Carvalho Filho conceitua contrato administrativo como “o ajuste firmado entre a Administração Pública e um particular, regulado basicamente pelo direito público, e tendo por objeto uma atividade que, de alguma forma, traduza interesse público.” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 161).

Os **contratos de obras** possuem como objeto a construção, reforma, fabricação, recuperação ou amplificação de determinado bem público. Sendo assim, Obra Pública - segundo a Lei nº 8.666/93, que rege as licitações e contratações públicas, obra pública é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de um bem público, a ser realizada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como nos órgãos da Administração Direta e Indireta.

Segundo Carvalho Filho:

“A noção envolve bens de utilização administrativa ou de uso coletivo. Assim, tanto é contrato de obra a construção de edifício para instalar-se a sede de uma Assembleia Legislativa, como o é a de uma escola municipal.” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 167).

Destaca-se, ainda, que esse contrato pode ser executado de duas formas, direta ou indireta:

- a. Execução direta – quando a obra ou serviço é realizada pela própria Administração Pública, por seus órgãos e entidades (inciso VII do art. 6º da Lei nº 8.666/93).

- b. Execução indireta – quando a Administração Pública é contratada um terceiro para prestar o serviço de engenharia ou construir a obra, sob os regimes de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa ou empreitada integral.

Nesse contexto, Antônio de Pádua assim se pronunciou em seu artigo (<http://jus.com.br/artigos/23444/do-prazo-de-vigencia-nos-contratos-de-obra-publica>):

“Imprescindível é a distinção entre os contratos de obras públicas e os demais, cuja natureza seja diversa.

Caracteriza os primeiros o fim perseguido pela Administração ao celebrá-los: a execução de um objeto pré-determinado cuja entrega coroa a conclusão dos objetivos contratuais.

Desta forma, o contrato de obra pública é condicionado pela entrega do objeto determinado, quando, então, poder-se-á tê-lo por finalizado. Ao revés, o contrato, por exemplo, de prestação de serviços, consubstancia-se no oferecimento de serviços, tal qual pactuado, durante o transcorrer de um prazo contratualmente estabelecido, integrando este período - o prazo – em que são prestados os serviços à própria dimensão do objeto.”

Segue jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA POR EMPREITADA GLOBAL. INADIMPLENTO. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. IMPROVIMENTO. 1 - Trata-se de apelação cível contra sentença proferida em ação de rito ordinário pela qual se pleiteia a anulação do ato que aplicou a penalidade de não licitar com a Superintendência Regional da Receita Federal/7ª RF. 2 - O atraso na execução da obra data da época de seu início, em razão da expiração do prazo da licença concedida pela Prefeitura. O contrato firmado entre as partes estabelece claramente a responsabilidade da autora pela obtenção de licenças, aprovações de projetos e afins atinentes à obra. 3 - Em razão do embargo, foram promovidos sucessivos aditamentos contratuais, de modo a alargar o prazo final de entrega da obra, sendo concedidos 60 (sessenta) dias por ocasião do primeiro e 105 (cento e cinco) no segundo aditamento, sendo estabelecido o dia 30/09/2005 como data máxima para a entrega. 4 - Procedida a vistoria no canteiro de obras, o fiscal constatou pendências a serem cumpridas, concedendo um prazo de 80

(oitenta) dias para a conclusão do serviço. Ao final do prazo, verificou-se que ainda havia condições contratuais a serem cumpridas, razão pela qual a DIPOL decidiu aplicar a penalidade de suspensão do direito de licitar com a SRRF/07ª RF por 1 (um) ano, inexistindo qualquer ilegalidade na imposição da sanção. 5 - Os saldos devedores em favor da autora foram retidos para conclusão da obra e, conforme demonstrado nos autos, serão creditados na proporção do que foi gasto com a nova empresa contratada para a execução total da obra. 6 - Apelação improvida.

(TRF-2 - AC: 200651010122618 , Relator: Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Data de Julgamento: 17/12/2012, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: 26/12/2012)

Então, tem-se que esse se refere ao ajuste levado a efeito pela Administração Pública com um particular, tendo por objeto a construção, a reforma ou ampliação de certa obra pública. Esta espécie não necessita de autorização legislativa e requer prévio procedimento licitatório. Podem estes ser de tarefa ou empreitada.

Já os **contratos de serviços** tem como obrigação uma prestação de serviço, são aqueles que visam à atividade destinada a obter determinada utilidade concreta de interesse para a Administração. Conforme conceitua o mencionado doutrinador:

“Tais contratos são normalmente conhecidos por ‘contratos de prestação de serviços’ e neles se realça a atividade material do contratado. É tipicamente o contrato onde a obrigação se traduz num *facere*. Algumas dessas atividades são mencionadas na lei, como as de conservação, reparação, conserto, transporte, operação, manutenção, demolição, seguro, locação de bens, e outras, todas consubstanciando típicas obrigações de fazer.” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 169).

No contexto do ora tratado contrato, tem-se como interessante a questão da competência para julgar os conflitos de contratos temporários, se seria essa da Justiça do Trabalho ou da Justiça Comum. A solução é apontada a seguir, na transcrição parcial do Informativo n. 0408:

“COMPETÊNCIA. TRABALHO TEMPORÁRIO.

O contrato de prestação de serviço temporário (art. [37](#), [IX](#), da [CF/1988](#)) terá sempre caráter jurídico-administrativo (segue o regime jurídico único do município contratante), ainda que seja prorrogado de maneira irregular. A prolongação feita nesses moldes não transmuta o vínculo inicialmente estabelecido entre as partes para um liame celetista, tal como antes se entendia. Assim, deve ser afastada a competência da Justiça do Trabalho para fixar a do juízo de Direito. Precedentes citados do STF: RE 573.202-AM, DJe 5/12/2008; do STJ: CC 100.271-PE , DJe 6/4/2009. CC 106.748-MG, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 23/9/2009.

NOTAS DA REDAÇÃO

Trata-se de Conflito de Competência no qual se discute se é a Justiça do Trabalho ou a Justiça Comum, a competente para julgar reclamação trabalhista entre servidores contratados em regime temporário e a Administração Pública.

Segundo a [Constituição Federal](#), além da regra dos servidores públicos concursados ou nomeados em comissão, há casos excepcionais de contratação temporária , conforme a redação do dispositivo a seguir:

Art. 37 (...) (grifos nossos) IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Com propriedade observa o Prof. Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 2007, 33ª ed., pág. 440) que a lei ao estabelecer esses casos de contratação deverá "atender aos princípios da razoabilidade e da moralidade. Não podem, prever hipóteses abrangentes e genéricas, nem deixar sem definição, ou em aberto, os casos de contratação. Esta, à evidência, somente poderá ser feita sem processo seletivo quando o interesse público assim o permitir".

Com relação à competência a [Constituição Federal](#) faz uma primária distribuição em cinco justiças, quais sejam: Justiça Militar, Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Estadual. As quatro primeiras são consideradas Justiças Especiais, as quais têm suas competências expressamente previstas na [CR/88](#), já a Justiça Estadual por ter competência residual, é chamada de Justiça Comum e caberá aos Estados a sua distribuição.

A etapa inicial para fixação da competência é verificar qual, dentre as cinco Justiças, é a Justiça competente. No que tange à competência da Justiça do Trabalho está definida nos termos do artigo [114](#) da [CR/88](#), in verbis:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - as ações que envolvam exercício do direito de greve; III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº [45](#), de 2004).

Note-se que, o dispositivo supra foi alterado pela EC [45/2004](#) e de acordo com a nova redação passou-se a atribuir competência à Justiça do Trabalho das ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Há várias decisões das Cortes Superiores no sentido de que compete a Justiça Comum julgar litígio entre servidores temporários e a Administração Pública. Inclusive, foi decidido em sede de ADI 3395 que o inciso [I](#) do art. [114](#) da [CF](#) deve ser interpretado de modo que a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo não é da competência da Justiça do Trabalho, mas da Comum.

Ressalte-se que a contratação temporária, como o próprio nome já diz, é por tempo determinado, pois tem por escopo atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com o fim de evitar fraude à regra do tempo determinado, a Lei [8.745/93](#) prevê prazos máximos para a contratação e, em regra, veda a prorrogação dos

contratos temporários, salvo em específicas exceções, a seguir expostas:

Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos : (grifos nossos)

(...)

II - um ano, nos casos dos incisos II, IV e VI, alíneas d, f e m, do art. 2o;

(...)

Parágrafo único. É admitida a prorrogação dos contratos:

I - nos casos dos incisos III, IV e VI, alíneas b, d, f e m, do art. 2o, desde que o prazo total não exceda dois anos;

Diante da expressa disposição legal que proíbe a prorrogação contratual, o STF manifestou entendimento no RE-573202 de que as prorrogações não alteram a natureza jurídica do vínculo, transformando sua natureza tipicamente administrativa, num vínculo trabalhista. Dessa forma, as repetidas mudanças do prazo de vigência do contrato, de temporário para indeterminado, pode até ensejar nulidade ou caracterizar ato de improbidade, com todas as consequências que isso acarreta, mas não altera a natureza do vínculo contratual e muito menos a competência da justiça.

Por fim, entendeu-se que a relação jurídica travada entre os servidores temporários e o Poder Público, apesar de não ser genuinamente estatutária ostenta caráter administrativo, eis que sua contratação é regulada por Lei que disciplinará entre as partes um contrato de Direito Administrativo, logo a relação não pode ser considerada de Direito do Trabalho.”

Ainda sobre o mencionado contrato administrativo, segue a jurisprudência:

EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDISCIONAL NÃO CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA INAFASTABILIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, DA PROTEÇÃO AO DIREITO ADQUIRIDO, AO ATO JURÍDICO

PERFEITO E À COISA JULGADA, BEM COMO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. INTERPRETAÇÃO DE CONTRATO. ÓBICE DA SÚMULA 454/STF. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 3.10.2007. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, XXXVI e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explice as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pelas partes. As razões do agravo regimental não são aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à análise de normas infraconstitucionais e cláusulas contratuais, a inviabilizar o trânsito do recurso extraordinário. A pretensão da recorrente de obter decisão em sentido diverso encontra óbice na Súmula 454/STF: “Simples interpretação de cláusulas contratuais não dá lugar a recurso extraordinário”. Agravo regimental conhecido e não provido.

(STF - AI: 741038 SP , Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 06/08/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 20-08-2013 PUBLIC 21-08-2013)

Portanto, entende-se que se trata de acordo celebrado pela Administração Pública com particular para consecução de certa atividade. Geralmente são serviços de demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, manutenção, transporte, etc.

Os contratos de **serviços de publicidade** possuem uma lei específica, Lei n. 12.232/10, que dispõe sobre normas gerais para licitação e contratos pela Administração Pública de serviços de publicidade prestados por meio de agências de propaganda. Eles objetivam a promoção da venda de bens ou serviços de qualquer natureza, na difusão de ideias ou na informação ao público em geral.

Segue jurisprudência:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LICITAÇÃO. DISTRITO FEDERAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. OBJETO VAGO E INDEFINIDO. AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS E RESPECTIVOS VALORES. ADMINISTRAÇÃO CONTRATADA. ILEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1 - . A CONCORRÊNCIA E OS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA CELEBRADOS ENTRE O DISTRITO FEDERAL E EMPRESAS, EM DECORRÊNCIA DA REFERIDA LICITAÇÃO, POR APRESENTAREM OBJETO VAGO E INDEFINIDO, SEM ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS E SEUS RESPECTIVOS VALORES, CONTRARIAM A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA A MATÉRIA E FERE A TRANSPARÊNCIA QUE DEVE NORTEAR OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E, POR CONSEQUENTE, SÃO NULOS. 2 - É ILEGAL A UTILIZAÇÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA DENOMINADO ADMINISTRAÇÃO CONTRATADA. APELAÇÕES CÍVEIS DESPROVIDAS.

(TJ-DF - APC: 20080110080789 DF 0040921-51.2008.8.07.0001, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Data de Julgamento: 12/03/2014, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 14/03/2014 . Pág.: 179)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE PUBLICIDADE CELEBRADO PELA CAESB. DISTRITO FEDERAL. PEDIDO DE INGRESSO NA LIDE. ARTIGO 5º, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI FEDERAL Nº 9.469/97. DEFERIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECONHECIMENTO DE VÍCIOS NO CONTRATO ADMINISTRATIVO. NOVA CELEBRAÇÃO DE AVENÇA COM OS MESMOS DEFEITOS. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. CABÍVEL O INGRESSO DO DISTRITO FEDERAL EM DEMANDA CUJO OBJETO É UM CONTRATO DE PUBLICIDADE CELEBRADO PELA CAESB, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI FEDERAL Nº 9.469/97, O QUAL DISPÕE QUE "AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO PODERÃO, NAS CAUSAS CUJA DECISÃO POSSA TER REFLEXOS, AINDA QUE INDIRETOS, DE NATUREZA ECONÔMICA, INTERVIR, INDEPENDENTEMENTE DA DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE JURÍDICO, PARA ESCLARECER QUESTÕES DE FATO E DE DIREITO, PODENDO JUNTAR DOCUMENTOS E

MEMORIAIS REPUTADOS ÚTEIS AO EXAME DA MATÉRIA E, SE FOR O CASO, RECORRER, HIPÓTESE EM QUE, PARA FINS DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA, SERÃO CONSIDERADAS PARTES." DIANTE DO DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CELEBRANDO A CAESB NOVO CONTRATO COM OS MESMOS VÍCIOS DO ANTERIOR COMBALIDO POR MEIO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA, PRUDENTE A DECISÃO QUE DEFERE LIMINAR REQUERIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS PARA SUSPENDER A EFICÁCIA DO NOVO PACTO FIRMADO ENTRE A CAESB E A AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, PROIBINDO, CONSEQUENTEMENTE, O PAGAMENTO DE QUALQUER VALOR DELE DECORRENTE. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJ-DF - AI: 66909820088070000 DF 0006690-98.2008.807.0000, Relator: ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, Data de Julgamento: 08/10/2008, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: 22/10/2008, DJ-e Pág. 111)

Então, possível averiguar que os contratos de publicidade não possuem natureza típica de serviço contínuo, pois se exaurem em um único exercício financeiro. No entanto, mesmo assim, os contratos de publicidade firmados pelo Poder Público com agências de publicidade, devem respeitar o disposto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, ficando adstritos, quanto ao prazo, à vigência dos respectivos créditos orçamentários, não estando contemplados no disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Ainda, os **contratos de fornecimento (ou compras)**, segundo Carvalho Filho “são aqueles que se destinam à aquisição de bens móveis necessários à consecução dos serviços administrativos.” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 172). Ele ainda traz que:

“A Administração, para atingir seus fins, precisa a todo momento adquirir bens da mais variada espécie, e pela simples razão de que múltiplas e diversificadas são as suas atividades. De fato, e apenas para exemplificar, é necessário adquirir medicamentos, instrumentos cirúrgicos e hospitalares, equipamentos etc., se o objetivo é assistência médica; material escolar, carteiras etc., se o Estado visa à atividade de educação, e assim também para as demais atividades.” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 172).

Taise Gamalho assim discorre em seu artigo sobre o mencionado contrato (<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2698>):

“É o contrato administrativo que tem por finalidade a aquisição de coisas móveis necessárias à realização de obras ou serviços. São três modalidades de fornecimento:

- a) fornecimento integral: a entrega do material é feita de uma só vez;
- b) fornecimento parcelado: a entrega do material é feita por partes;
- c) fornecimento contínuo: a entrega é sucessiva por tempo determinado.

É o tipo de contrato em que o papel da contratada é a de dar todo o suporte para que a Administração Pública possa realizar suas atividades.”

Segue jurisprudência:

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE VENDA E COMPRA CELEBRADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. RECEBIMENTO DOS CRÉDITOS EM ABERTO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À PROPOSITURA DA DEMANDA. NÃO VERIFICAÇÃO. As cópias das notas fiscais que instruíram a demanda estão autenticadas. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA PARCIAL. Relação submetida ao regime de direito público, uma vez noticiada a contratação decorrente de licitação. Incidência do artigo 1º do Decreto Federal nº 20.910/1932, para reconhecer a prescrição e extinguir a ação relativamente aos créditos originados antes do quinquênio legal, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, IV, do Código de Processo Civil. MÉRITO. As notas fiscais acompanhadas dos respectivos romaneios, contendo a assinatura do recebedor, ainda que sem carimbo, demonstram a efetiva execução do contrato de venda e compra dos gases hospitalares, atendida a boa-fé contratual, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração Pública. A planilha apresentada unilateralmente pela apelante não demonstra a duplicidade de notas fiscais ou cobranças já efetuadas em outras demandas judiciais. Recurso de apelação parcialmente provido apenas para extinguir a ação relativamente aos créditos prescritos, nos termos dos artigos 1º do Decreto Federal nº 20.910/1932 e 269, IV, do Código de Processo Civil. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA fixados nos termos da Lei Federal nº 11.960/2009. Manutenção da sentença em virtude da ausência de previsão legal para o reexame necessário. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Verba bem fixada pelo magistrado de primeiro grau, considerado o

volume de informações e documentos e em consonância com as regras do ordenamento jurídico.

(TJ-SP - APL: 00088292120098260271 SP 0008829-21.2009.8.26.0271, Relator: Djalma Lofrano Filho, Data de Julgamento: 16/07/2014, 13ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 24/07/2014)

Então, compreende-se que se trata do contrato em que a Administração Pública adquire, por compra, coisas móveis de certo particular, com quem celebra o ajuste. Tais bens destinam-se à realização de obras e manutenção de serviços públicos. Ex. materiais de consumo, produtos industrializados, gêneros alimentícios, etc.

No que tange os **contratos de concessão**, Maria Sylvia Zanella Di Pietro assim conceitua:

“é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública delega a outrem a execução de um serviço público, para que o execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, assegurando-lhe a remuneração mediante tarifa paga pelo usuários ou outra forma de remuneração decorrente da exploração do serviço” (DI PIETRO, 2012, p. 302).

José dos Santos Carvalho Filho faz as seguintes observações:

“O sentido de *concessão* leva à ideia de que alguém, sendo titular de alguma coisa, transfere a outrem algumas das faculdades a esta relativas. Com a necessária adequação, está aí o sentido de concessão no direito público, em que se figura como titular dos bens o próprio Estado, e como destinatário das faculdades o particular. Quando esses interessados pactuam a transferência dessas faculdades, configura-se o contrato de concessão, ajuste também catalogado como contrato administrativo” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 173).

Cíntia Camargo Kuczmarski faz as seguintes considerações em seu artigo (<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3070/Contrato-de-concessao-de-servicos-publicos>):

“O contrato de concessão de serviço público tem como objeto a transferência da gestão e execução de um Serviço do Poder Público ao particular, por sua conta e risco. Cabe ao Estado acompanhar a adequada execução do contrato e o atendimento do interesse público. O concessionário ira remunerar-se de uma tarifa módica cobrada dos usuários e fixada de acordo com o projeto de licitação apresentado. Esta tarifa deverá financiar a operação, aprimoramento tecnológico e proporcionar lucro ao concessionário.

As normas gerais sobre as concessões estão previstas na Constituição Federal (art. 175) e Lei 8.987 de 13.2.95.

O contrato de concessão deve definir: o poder concedente, o objeto da concessão, delimitação da área, forma e período da exploração e os direito e deveres das partes envolvidas.

Devem ser observadas como cláusulas principais aquelas nas quais estão delimitados o objeto, modo e forma da prestação do serviço e a disposição sobre a fiscalização, reversão e encampação, sendo nestas fixadas as formas para eventual indenização.

A Administração Pública poderá alterar unilateralmente as cláusulas regulamentares , visando com esta alteração um melhor atendimento ao público. Havendo alterações que acarretem o desequilíbrio econômico e financeiro do contrato deverá ser feito reajuste nas cláusulas remuneratórias da concessão, visando adequar as tarifas aos novos encargos advindos das modificações.

Cabe ao Poder Público a fiscalização do serviço concedido, feita por órgão técnico da Administração concedente ou por entidade conveniada, devendo o concessionário prestar o serviço permanentemente, eficientemente e com tarifas módicas, conforme a Lei 8.987 de 13.2.95.

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Assim, deverá o serviço ser prestado: indiscriminadamente para todos os usuários (generalidade), constantemente (permanência/continuidade), satisfatoriamente qualitativa e quantitativamente (eficiência), com preços razoáveis (modicidade) e com bom tratamento ao público (cortesia). Atendendo a estes requisitos o serviço será considerado adequado, porém desatendido qualquer destes requisitos será o concessionário exposto as sações regulamentares ou contratuais estabelecidas na concessão.

No contrato de concessão os direitos do usuário devem estar claramente garantidos, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Art.175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

...

II – os direitos dos usuários;

A extinção da concessão pode ocorrer por diversos motivos e formas:

- Reversão - término do prazo da concessão, ocasionando assim o retorno do serviço ao poder concedente (art.36 Lei 8987/95).
- Encampação ou resgate – retomada do serviço pelo poder concedente durante o período de concessão, por motivo de interesse público (art. 37 Lei 8987/95). O concessionário não poderá se opor a encampação, tendo direito a indenização dos prejuízos que o ato do Poder Público lhe causar. A encampação necessita de lei autorizadora específica e o pagamento de prévia indenização.
- Caducidade – rescisão do contrato de concessão por inadimplência do concessionário (art.38 Lei 8987/95). A caducidade devera ser declarada por decreto do poder concedente, após a comprovação da inadimplência do concessionário mediante processo administrativo, e respeitado o princípio do contraditório.
- Rescisão – desfazimento do contrato promovida pelo concessionário junto ao Poder Judiciário, durante o prazo de execução, em face do descumprimento do contrato por parte do poder concedente, sendo que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser

interrompidos até a decisão judicial transitar em julgado, conforme art. 39 da Lei 8987/95.

- Anulação – invalidação do contrato de concessão por ilegalidade na concessão ou na sua formalização. Assim a anulação pressupõe um contrato ilegal, diferentemente das demais formas de extinção onde havia um contrato válido. Os efeitos são ex tunc, retroagindo ao início da concessão
- Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual. – como bem observa o Professor Hely Lopes Meirelles “Esta última hipótese só de aplica as permissões, uma vez que somente pessoa jurídica pode ser concessionária (art. 2º, II), e jurídicas são apenas aquelas enumeradas no art. 16 do CC, as sociedades civis, as fundações e as sociedades comerciais, sem contar as pessoas jurídicas de Direito Público.”

Segue jurisprudência:

ADMINISTRATIVO. COBRANÇA. CONTRATO. TERRACAP. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO. CONTRAPRESTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA DE PREÇO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DECENAL. 1. A contraprestação pela concessão do direito real de uso detém natureza jurídica de preço público; assim, a prescrição é regida pelas normas de Direito Civil, ou seja, prazo de 20 anos, nos termos do CC/1916, ou de 10 anos, consoante o CC/2002, observando-se a regra de transição prevista no art. 2.028 do CC/2002. 2. Impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão na decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Incidência da Súmula 282 e 356//STF. Agravo regimental improvido.

(STJ - AgRg no REsp: 1426927 DF 2013/0389388-5, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 07/08/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/08/2014)

Sendo assim, tem-se que se trata de ajuste, oneroso ou gratuito, efetivado sob condição pela Administração Pública, chamada concedente, com certo particular, o concessionário, visando transferir a prestação de serviço público, o uso de determinado bem público. É contrato precedido de autorização legislativa.

Já a respeito dos **contratos de permissão**, traz o seguinte:

“A permissão de serviços públicos, hoje também disciplinada pela Lei n. 8.987/95, tem por objeto, da mesma forma que as concessões de serviços públicos, a execução de certo serviço público delegado resultante de descentralização administrativa.” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 174).

Sendo assim, permissão é o ato administrativo precário através do qual o Poder Público transfere a execução de serviços públicos a particulares. Quando excepcionalmente confere-se prazo certo às permissões são denominadas pela doutrina de permissões qualificadas (aquelas que trazem cláusulas limitadores da discricionariedade). O Poder Público poderá desfazer a permissão sem o pagamento de uma indenização, pois não há um prazo certo e determinado. Assim a permissão é precária (pode ser desfeita a qualquer momento).

Tauã Lima Verdan Rangel assim resume o tema em seu artigo (http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11681#_ftn1):

“Em linhas inaugurais, insta evidenciar que a permissão de serviço público é descrito como o contrato de cunho administrativo, por meio do qual o Poder Público, denominado permitente, transfere a um particular, nomeado permissionário, a execução de específico serviço público, atentando-se para as condições fixadas em normas de direito público, inclusive no que se refere à estipulação do valor das tarifas. Ao lado do expendido, quadra destacar que os serviços permitidos compreendem todos aqueles em que a Administração Pública delimita os requisitos para sua prestação ao público e, tido como ato unilateral, em decorrência de termo de permissão, competindo a execução aos particulares que detiverem capacidade para sua realização. prima realçar que a permissão é um ato discricionário e precário, bem como de cunho unilateral, os quais podem ser excepcionados em casos específicos, como resultante do interesse da Administração.”

Segue jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS (MOTO-TÁXI). INDENIZAÇÃO. O contrato de permissão de serviços públicos,

conforme a regra dos arts. 2º, V, e 40 da Lei n.º 8.987/95, é precário e deve ser exercido por conta e risco do permissionário. Sendo assim, não há dúvidas de que a revogação unilateral pode ocorrer a qualquer tempo. No caso dos autos, todavia, o contrato foi finalizado pelo julgamento da inconstitucionalidade da Lei Municipal n.º 4.474/01 que o dava suporte, bem como não havia cláusula prevendo a possibilidade de indenização, pelo que se afasta qualquer pretensão indenizatória. Improcedência dos pedidos. APELAÇÃO DO AUTOR A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. APELAÇÃO DO RÉU PROVIDA. REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICADO. (Apelação Cível Nº 70055883870, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 10/03/2014)

(TJ-RS - AC: 70055883870 RS , Relator: Marilene Bonzanini, Data de Julgamento: 10/03/2014, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/03/2014)

Por último, necessário fazer a ressalva de que alienações e locações, por mais que estejam no art. 1º da Lei 8.666/93, constituem contratos privados e, portanto, não há qualquer predominância da Administração sobre o particular. Então, não será feita abordagem das mencionadas espécies no presente estudo.

CAPÍTULO 3 - Aplicação dos Princípios Ambientais aos Contratos Administrativos

Atualmente, o mundo passa por um cenário extremamente preocupado com os recursos naturais, de modo que a sustentabilidade passou a ser um objetivo constante por todas as faces da globalização.

No entanto, ainda que com essas defensivas, os países também buscam suprir essa necessidade veemente de crescimento. Sendo assim, surge a figura do desenvolvimento

sustentável, de forma que se está em constante busca e pesquisas de formas inovadoras que possibilitem o desenvolver da nação com a menor agressão possível ao meio ambiente.

Ressalta-se que desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.” Essa definição é encontrada no site da WWF (http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/) e “surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.”.

O Direito Ambiental permeia todo esse contexto, posto que tutela justamente a disciplina entre as atividades humanas e o meio ambiente. Sendo assim, na esfera pública não poderia ser diferente, tendo em vista que o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado é assegurado constitucionalmente:

CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; ([Regulamento](#))

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; ([Regulamento](#))

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; ([Regulamento](#))

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. ([Regulamento](#))

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Ao se trazer essa série de observações para o âmbito da Administração Pública, tem-se que elas também refletem nos contratos administrativos. Nesse sentido, posiciona-se Rodrigo Pinheiro, em artigo publicado no sítio www.conjur.br:

“Assim sendo, os contratos administrativos não podem prescindir da observância das normas de Direito Ambiental. Nesse passo, há

peculiaridades próprias a determinados tipos de contratos administrativos, da mesma forma que existem normas gerais para os referidos contratos, levando-se em conta o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Por tal razão, a Advocacia-Geral da União (AGU), possui, por exemplo, um guia de licitação sustentável, que foi, inclusive, apresentado no Rio+20, o que serve de modelo para todo o país, e para o mundo, diante dessa importante Conferência — Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável — que ocorreu com chefes de Estado de diversos países, buscando conciliar as normas de defesa do meio ambiente com o desenvolvimento.” (<http://www.conjur.com.br/2012-jun-28/rodrigo-pinheiro-contrato-administrativo-respeitar-direito-ambiental>)

Nesse diapasão, Eduardo Sprada Annunziato traz em seu artigo (http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10938&revista_caderno=4) sobre a importância de uma postura sustentável por parte da Administração, não se admitindo mais que o fornecimento de bens e a execução de serviços e obras públicas ocorram dissonância com a preocupação com a preservação do meio ambiente. Ainda, assim discorre sobre os critérios (ou ausência deles) de análise de sustentabilidade para as licitações:

“Contudo, inexiste na ordem jurídica brasileira, principalmente na legislação relativa às licitações e contratos, parâmetros objetivos para se verificar, na prática, se uma proposta é ou não é sustentável.

Dessa forma, cabe a Administração elaborar critérios para analisar a repercussão ambiental das propostas realizadas pelos particulares, em vista do objeto pretendido e da necessidade a ser satisfeita.

Entretanto, em algumas circunstâncias a determinação desses critérios inviabiliza a participação de interessados, seja pela impossibilidade de seu atendimento seja pela ampliação dos custos envolvidos.

Por isso, é necessário que os critérios elencados guardem pertinência lógica com os possíveis impactos ambientais gerados em razão do

cumprimento do objeto e da satisfação da necessidade pública, em consonância com o Art. 37, XXI da Constituição da República.

Logo, os critérios de sustentabilidade devem ser exigíveis em função da repercussão ambiental da execução dos encargos contratuais. Isso não só motiva a sua instituição como evita a restrição indevida de direitos.

Desse modo, em que pese a ausência de critérios ambientais legalmente estabelecidos para a verificação concreta da sustentabilidade das propostas, isso não impede a Administração de elaborar critérios de julgamento com base no chamado “bloco de legalidade” formado pelos princípios informadores da atuação administrativa, encartados explicitamente no Art. 37 da Constituição da República, e implicitamente na ordem jurídica, como a razoabilidade, a proporcionalidade, a lealdade, a confiança, dentre outros.

Assim é possível que a Administração adote critérios como a demonstração pelo particular de atividades próprias ligadas à preservação do meio-ambiente, ou que possuam certificado ambiental ou, ainda, que comprovem a procedência dos materiais e matérias-primas utilizados nos produtos como decorrentes do manejo sustentável e responsável sob o ponto de vista ambiental, sem cometer qualquer ilegalidade.

Sobre a possibilidade de instituição de critérios de julgamento sustentáveis sem previsão legal ou regulamentar desde que compatível ao objeto licitado, decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

“ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ARRENDAMENTO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS DE PESCA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. NORMA RESTRITIVA. PRESERVAÇÃO DA FAUNA MARINHA. LEGALIDADE.

1. Não há se cogitar de ilegalidade de norma editalícia que, concebida com base em estudos científicos, tem por fim assegurar a preservação da fauna marinha e a sustentabilidade da pesca no litoral brasileiro.

2. Descabe ao Poder Judiciário, sob pena de interferir na órbita no Executivo, adentrar o mérito da pertinência de norma técnica elaborada com a finalidade de regular a atividade pesqueira.

3. Mandado de segurança denegado.” (STJ, MS nº 11.059-DF, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 12.11.2007)”

Sendo assim, segue o autor afirmando que “a adoção de critérios ambientais nas compras e contratações realizadas pela Administração Pública, adequando os efeitos ambientais das condutas do Poder Público à política de prevenção de impactos ao meio ambiente, constitui objetivo a ser atingido constantemente pelo Estado.”. Portanto, tem-se a total necessidade de zelo por parte da Administração Pública pelo meio ambiente em seus contratos.

Nesse sentido, tem-se vasta jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. ANULATÓRIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO "DIAMANTINA - MILHO VERDE". CONSTATAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DE NÃO CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. RESCISÃO UNILATERAL POR INICIATIVA DO DER/MG. OBEDIÊNCIA AO CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA QUE A EMPRESA CONTRATADA SUSPENDESSE A EXECUÇÃO DA OBRA. DESCUMPRIMENTO. INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MULTA CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. I. Segundo a Lei nº 8.666, de 1993, a inexecução do contrato, por descumprimento de suas cláusulas, por parte da empresa, confere à Administração o direito de rescindir o contrato, unilateralmente, na via administrativa, após regular procedimento administrativo. II. Resguardado o contraditório e a ampla defesa, na esfera administrativa, a Comissão competente instituída pelo DER/MG, além de constatar atraso no cronograma da execução do objeto contratado, apurou que alguns serviços no trecho próximo a Milho Verde, estavam sendo realizados em desconformidade com as condicionantes ambientais e com as normas editalícias. III. Em havendo descumprimento do ato que determinou a suspensão de toda e qualquer obra realizada pela Contratada no trecho Diamantina - Milho Verde, bem como atraso na obra, houve rescisão unilateral do Contrato Administrativo nº PRC 22.108/2009, pelo Poder Público, com amparo no artigo 58, inciso II c/c os artigos 78, inciso XII e 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666, de 1999. IV. Demonstrado, de forma inequívoca, que a rescisão contratual ocorreu exclusivamente por culpa da empresa Contratada, aplica-se a multa contratual de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em atendimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

(TJ-MG - AC: 10024101985141001 MG , Relator: Washington Ferreira, Data de Julgamento: 26/03/2013, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 05/04/2013)

DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. ARTIGOS 23, INCISO VI E 225, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO MUNICÍPIO. SOLIDARIEDADE DO PODER CONCEDENTE. DANO DECORRENTE DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO DE CONCESSÃO FIRMADO ENTRE A RECORRENTE E A COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP (DELEGATÁRIA DO SERVIÇO MUNICIPAL). AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO POR ATO DE CONCESSIONÁRIO DO QUAL É FIADOR DA REGULARIDADE DO SERVIÇO CONCEDIDO. OMISSÃO NO DEVER DE FISCALIZAÇÃO DA BOA EXECUÇÃO DO CONTRATO PERANTE O POVO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA RECONHECER A LEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO. I - O Município de Itapetininga é responsável, solidariamente, com o concessionário de serviço público municipal, com quem firmou "convênio" para realização do serviço de coleta de esgoto urbano, pela poluição causada no Ribeirão Carrito, ou Ribeirão Taboãozinho. II - Nas ações coletivas de proteção a direitos metaindividuais, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a responsabilidade do poder concedente não é subsidiária, na forma da novel lei das concessões (Lei n.º 8.987 de 13.02.95), mas objetiva e, portanto, solidária com o concessionário de serviço público, contra quem possui direito de regresso, com espeque no art. 14, § 1º da Lei n.º 6.938/81. Não se discute, portanto, a liceidade das atividades exercidas pelo concessionário, ou a legalidade do contrato administrativo que concedeu a exploração de serviço público; o que importa é a potencialidade do dano ambiental e sua pronta reparação

(STJ - REsp: 28222 SP 1992/0026117-5, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 15/02/2000, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 15.10.2001 p. 253)

ADMINISTRATIVO, AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA ANULAR LICITAÇÃO E RESPECTIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO ALTERAR

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL PARA OBSERVAR A RESERVA LEGAL DE 80% E RECOMPOSIÇÃO DA RESERVA FLORESTAL EM IMÓVEL RURAL NA AMAZÔNIA LEGAL. RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PELA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. SENTENÇA EXTINTIVA DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO SOB O FUNDAMENTO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR SUPERVENIENTE. PERSISTÊNCIA DO INTERESSE PROCESSUAL. PROVIMENTO DA APELAÇÃO. PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO COM DECISÃO DO MERITUM CAUSAE (ART. 515, § 3º, DO CPC). PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO SEM OBSERVÂNCIA DO PRÍNCIPIO DA PUBLICIDADE. RECURSOS FINANCEIROS DA UNIÃO. NULIDADE DA CONCORRÊNCIA E DO RESPECTIVO CONTRATO. ÁREA DO EMPREENDIMENTO SITUADO NA AMAZÔNIA LEGAL TOTALMENTE DESMATADA PELOS RÉUS. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL PELA RESTAURAÇÃO DA RESERVA LEGAL NA ÁREA NO ENTORNO DO IMÓVEL CORRESPONDENTE A 80% DA ÁREA QUE NÃO FOI PRESERVADA. PARCIAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 1. O empreendimento sub judice visa à construção, no Município de Benevides - PA, na Amazônia Legal de unidade de atendimento a crianças e adolescentes que cumprem medida sócio-educativa de internação. 2. Em face da rescisão do contrato administrativo por parte da Administração estadual, a sentença recorrida extinguiu o processo, sem julgamento de mérito, por ausência de interesse de agir (art. 267 VI, do CPC). 3. A rescisão unilateral do contrato administrativo pelo Poder Público por motivo de conveniência e oportunidade não equivale à nulidade do contrato por violação as disposições legais sobre publicidade do edital. 4. Nega jurisdição a decisão que extingue o processo, sem julgamento de mérito, sem atentar para a natureza da pretensão deduzida e não examina todos os pedidos formulados pelos autores, inclusive ação de reparação de dano ambiental. 5. Permanece o interesse processual de agir tendo em vista que a mera rescisão unilateral por parte da Administração do não resolve o conflito de interesse. 6. Apelação do Ministério Público Federal provida e reformada a sentença que extingui o processo sem julgamento de mérito por ausência de interesse de agir. 7. Estando os autos do processo aptos e instruídos, prossegue-se o julgamento com a decisão sobre o meritum causae. 8. Os editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões deverão ser publicados, no mínimo, por uma vez no Diário Oficial do Estado, em jornal diário de grande circulação (art. 21, I, II e III da Lei 8.666/93). 9. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma em que se deu o texto original,

reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (art. 32, § 4º, da Lei 8.666/93). 10. São nulos o edital de concorrência e o respectivo contrato administrativo quando há violação no procedimento da licitação. 11. O imóvel, onde será instalada a unidade do centro de internação de menores no Município de Benevides, está localizado em área rural da Amazônia Legal, devendo ser reservada 80% da floresta. 12. A área do empreendimento estava antropizada, coberta por vegetação secundária em razão de invasões na proximidade, tendo os réus desmatado totalmente o resto da vegetação que restava, não se respeitando a reserva florestal prevista na Lei 4.771/65. 13. O adquirente de terras rurais é responsável pela recomposição das matas nativas. A Lei 8.171/91 vigora para todos os proprietários rurais, ainda que não sejam eles os responsáveis por eventuais desmatamentos anteriores (Precedente do STJ). 14. Ação civil pública julgada parcialmente procedente.

(TRF-1 - AC: 9939 PA 2005.39.00.009939-9, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA, Data de Julgamento: 31/10/2012, QUINTA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.130 de 21/11/2012)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. DANO AMBIENTAL. 1. Os editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões deverão ser publicados, no mínimo, por uma vez no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado, em jornal diário de grande circulação (art. 21, I, II e III da Lei 8.666/93). 2. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (art. 32, § 4º, da Lei 8.666/93). 3. Estando o empreendimento em área de Floresta Amazônica não pode a obra ter início sem a expedição da licença ambiental competente. 4. Agravo de instrumento do Ministério Público Federal parcialmente provido para suspender a obra.

(TRF-1 - AG: 36957 PA 2006.01.00.036957-8, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA, Data de Julgamento: 19/09/2007, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 23/11/2007 DJ p.92)

REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO POPULAR. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO DECORRENTE DE PROCESSO LICITATÓRIO LANÇADO PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE PALHOÇA. EDITAL N. 196/2002, TENDO POR OBJETO A "IMPLANTAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, COMPREENDENDO ATERRO, INFRA-ESTRUTURA, SISTEMA DE TRATAMENTO DE CHORUME, PLANO DE GERENCIAMENTO E PROJETO EXECUTIVO". CONTRATO CELEBRADO COM A EMPRESA VENCEDORA E QUE TEM POR OBJETO A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ATERRO SANITÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, COMPREENDENDO: ATERRO, INFRA-ESTRUTURA, REVEGETALIZAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA E O PROJETO EXECUTIVO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS". ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E DIRECIONAMENTO DO RESULTADO DO CERTAME. ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA E AUSÊNCIA DE LESIVIDADE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO. PEDIDO DO AUTOR POPULAR QUE FOI REJEITADO. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. Não se pode acolher o pedido deduzido em ação popular quando inexistente a propalada ilegalidade e consequente lesividade ao patrimônio público.

(TJ-SC - REEX: 310191 SC 2007.031019-1, Relator: Jânio Machado, Data de Julgamento: 01/06/2010, Quarta Câmara de Direito Público, Data de Publicação: Reexame necessário n. , de de Palhoça)

Conclui-se, assim, pela aplicação dos princípios ambientais de forma integral nos contratos administrativos. Além do fato de um meio ambiente ecologicamente equilibrado ser um direito constitucional, a proteção deste é um dever do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um atual cenário em que a preocupação ambiental faz-se cada vez mais frequente, tornou-se necessário averiguar se a Administração Pública também toma as devidas precauções nessa esfera. De forma mais específica, foi indagado se os princípios ambientais são de fato aplicados nos contratos administrativos.

Após a devida análise, chegou-se a resposta do problema inicialmente elaborado, sendo essa de que existe sim uma preocupação pública em aplicar os princípios ambientais aos contratos administrativos.

O primeiro capítulo, de foco no Direito Ambiental, demonstrou toda a abrangência dos princípios ambientais, trazendo a análise de conceitos e definições de vários doutrinadores. No extenso rol, foi observado que esses são de grande importância para o ordenamento jurídico.

O segundo capítulo, de foco no Direito Administrativo, analisou os contratos administrativos. Esses institutos de vital importância para a Administração Pública foram analisados e suas espécies foram conceituadas e discorridas com as observações de vários doutrinadores, tornando assim possível realizar uma abordagem bem detalhista.

O terceiro capítulo, responsável por correlacionar a face ambientalista com a administrativa, trouxe a atual aplicação dos princípios ambientais nos contratos administrativos, tornando possível atingir o que era desde o início ansiado. Para corroborar, foi realizada uma vasta pesquisa jurisprudencial.

Por fim, tem-se que o objetivo geral foi atingido, ou seja, analisou-se a aplicação de princípios provenientes do Direito Ambiental aos contratos realizados pela Administração Pública. Ainda, os objetivos específicos também foram alcançados de modo que: pesquisou e conceituou os princípios ambientais existentes; observou quais as espécies de contratos administrativos; averiguou o atual cenário ambiental que contextualiza as novas relações comerciais e analisou que os princípios ambientais são aplicados na esfera pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNUNZIATO, Eduardo Sprada.
<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10938&revista_caderno=4> Acesso em 5 jul. 2014.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 13 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 24 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GAMALHO, Taise <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2698>>.
Acesso em 5 jul. 2014.

Jurisprudências <<http://www.jusbrasil.com.br>>

KUCZMARSKI, Cíntia Camargo <
<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3070/Contrato-de-concessao-de-servicos-publicos>> Acesso em 30 jun. 2014.

PÁDUA, Antonio de < <http://jus.com.br/artigos/23444/do-prazo-de-vigencia-nos-contratos-de-obra-publica>>. Acesso em 28 jun. 2014.

PINHEIRO, Rodrigo Passos

<<http://www.conjur.com.br/2012-jun-28/rodrigo-pinhoiro-contrato-administrativo-respeitar-direito-ambiental>>. Acesso em 22 mar. 2014.

RANGEL, Tauã Lima Verdan
http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11681#ftnl
 Acesso em 10 jul. 2014.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga e IRIGARAY, Carlos Teodoro Hugueney. **O direito e o desenvolvimento sustentável – Curso de direito ambiental**. São Paulo: IEB, 2005.

WWF
<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel> Acesso em 11 jul. 2014.